

(Ac. 2a.-T.-1373/83)

MAPM/rvm

Revista não conhecida. As fa-
lhas apontadas na revista, em
relação ao v. arresto regional,
haveriam de ser supridas via
oposição de embargos declaratórios.
Ocorreu, portanto preclu-
são, o que torna insubsisten-
tes as divergências cotejadas
e a vulneração ao art. 832 da
CLT.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do
Recurso da Revista nº TST.-RR-4286/82, em que é Recorrente
FAZENDA SÃO PEDRO (OU SÍTIO SÃO PEDRO) e Recorrido MANOEL
RODRIGUES DE PAIVA.-

O Egrégio TRT da 1a. Região decidiu, por una-
nimidade, negar provimento ao recurso da reclamada, e, por
maioria, prover o do reclamante (fls.60/62).

No recurso do reclamante discutiu-se sobre
indenização por tempo de serviço, repouso semanal remunerado
e no recurso da reclamada arguiu-se preliminar de prescrição.

Revista interposta pela empresa às fls.71/76
arguindo preliminar de julgamento ultra-petita e apontando
violação ao art. 832, 794 e 831, da CLT e divergência.

Despacho de admissibilidade às fls.76 v.

Contra-razões às fls.79.

O Ministério Público às fls.82, opinou pelo
não conhecimento e quando ao mérito pelo provimento parcial.

E o relatório

V O T O

A revista vem fundamentada em violação ao art.
832 da CLT. A vulneração apontada torna-se insubstancial.
Trata-se de matéria que deveria ser suscitada mediante oposi-
ção de embargos declaratórios, ocorrendo, pois, preclusão.

Ausente o pressuposto subjetivo de admissibi-
lidade.

Face à preclusão, as divergências cotejadas,

Proc. n° TST - RH-4286/82

que se referem apenas à hipótese de desfundamentação da sentença, ficam absorvidas, não tendo intensidade de mero a ensejar pressuposto de admissibilidade pela alínea "a" do art. 896 consolidado.

Não conheço.

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho, sem divergência, não conhecer da revista.

Brasília, 21 de junho de 1993

Presidente
e Relator

MARCO AURÉLIO PRATES DE MACEDO

Ciente:

Procurador

VICENTE VANDERLEY NOGUEIRA DE BRITO

